

## EJ do TRT e a Amatra IX realizam 2ª etapa de projeto científico



À mesa, os desembargadores Ney José de Freitas (corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná), Rosalie Batista (presidente do TRT da 9ª Região), Rosemarie Pimpão (diretora da Escola Judicial) e Vladimir de Freitas (TRF da 4ª Região, aposentado) e o juiz Bráulio Gusmão (presidente da Amatra IX) **p. 8 e 9**

### Posse e investidura de juízes da 9ª Região da Justiça do Trabalho

Em 5 de junho, a juíza Edilaine Stinglin Caetano tomou posse no cargo de Titular da 3ª VT de Cascavel. A magistrada foi promovida pelo critério de merecimento. No dia 26, foi investida no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná a magistrada Jocelia Mara Martins Samaha. Desde setembro de 2007 exercia a magistratura no Tribunal do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul). **p. 2 e 3**

### Curso da Enamat aborda Gestão de Escolas Judiciais

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho promoveu, de 22 a 25 de junho, o primeiro "Curso de Formação de Formadores em Gestão de Escolas Judiciais". O objetivo foi capacitar magistrados e servidores de todas as Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho em modernas técnicas de gestão de formação profissional, além da partilha de experiências entre as escolas. **p. 10**

### Nesta Edição

- TRT-PR adota sistema voltado à liquidação ágil **p. 4**
- Sistema de Gravação Audiovisual de Audiências **p. 6**
- Pesquisa com usuários avalia serviços do TRT-PR **p. 12**
- Convênio com a Caixa na área de previdência **p. 14**

# Posse da juíza Edilaine na titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel

Jussara Elisa

No dia 5 de junho, a juíza Edilaine Stinglin Caetano tomou posse no cargo de Titular da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel. O ato foi conduzido pelo vice-presidente do TRT do Paraná, no exercício da Presidência, desembargador Luiz Eduardo Gunther.

## ■ O ATO DE POSSE

Participaram do ato magistrados, advogados, servidores, amigos e familiares da juíza Edilaine Caetano.

Pela Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná falou o seu presidente, o advogado Marco Antônio César Villatore, que destacou: "o merecimento é verdadeiro. A 3ª Vara de Cascavel estará muito bem atendida".

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, saudou a empossada. "Quero cumprimentá-la por este momento importante na carreira. A jurisdição de Cascavel será premiada com o comprometimento de uma ma-



Juíza Edilaine Caetano assinando o termo de posse



Os magistrados Edilaine Caetano e Luiz Eduardo Gunther acompanham atentos o discurso do juiz Bráulio Gusmão

gistrada dedicada".

Em seguida, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, conselheiro da OAB Hélio Gomes Coelho, parabenizou a juíza e disse que feliz é o advogado quando encontra o magistrado que cultiva a discrição, pratica a humildade e é operoso.

Em seu discurso, a juíza Edilaine agradeceu o apoio recebido de magistrados, familiares e amigos. Disse que o convívio com outros colegas da magistratura resultou em grande aprendizado.

A seguir, a desembargadora Márcia Domingues entregou a carteira funcional à empossada, que também recebeu flores da juíza Rosiris Amado Ribeiro.

O desembargador Luiz Eduardo Gunther falou da carreira da juíza. "Por quase 12 anos, nossa colega Edilaine Stinglin Caetano recebeu múltiplas designações para as unidades do primeiro grau, especialmente as de Curitiba e de Pato Branco, como juíza substituta ou auxiliar. Já acumula, portanto, mui-

ta experiência, pois conciliou e julgou milhares de ações, antes e depois da Emenda Constitucional que acresceu à nossa competência uma nova multiplicidade de matérias. Para isso, estive em permanente contato com as partes e seus procuradores, olhos nos olhos. Constante aprimoramento profissional resultou em promoção, pelo critério de merecimento, à titularidade hoje alcançada".

## ■ A MAGISTRADA

A magistrada foi promovida na sessão de 25 de maio do Tribunal Pleno, pelo critério de merecimento. Também concorreram à vaga os magistrados Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira e Carlos Augusto Penteado Conte. Curitiba, a magistrada formou-se em Direito pela Universidade Católica do Paraná, em 1992. Após aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em 28 de novembro de 1997. Atuou nas Varas de Curitiba e de Pato Branco. ■

# NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

**Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Irene Pioker, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

**Sugestões e opiniões para o NONA:** Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

# Nova magistrada na Justiça do Trabalho do Paraná

Jussara Elisa

**E**m 26 de junho, foi investida no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná a magistrada Jocelia Mara Martins Samaha. Desde setembro de 2007 exercia a magistratura no Tribunal do Trabalho da 4ª Região (RS). Sua permuta para o Paraná deu-se com a também juíza Luísa Rumi Steinbruch.

Participaram do ato magistrados, procuradores, advogados, servidores, familiares e amigos da juíza Jocelia.

Natural de Ponta Grossa, a magistrada concluiu o curso de Direito na Universidade Estadual daquela cidade, em 2002. É especialista em Direito e Processo do Trabalho. Foi servidora pública municipal e advogada.

Em seu pronunciamento, o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPr), Marco Antônio César Villatore, parabenizou a nova integrante da 9ª Região, desejando “que sua atividade seja profícua aqui, como já era no TRT do Rio Grande do Sul”.

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, deu boas-vindas, com a observação: “que a nova colega seja feliz na 9ª Região da Justiça do Trabalho onde por escolha decidiu trabalhar. Faça deste Tribunal e da Amatra as suas casas”.

A juíza Jocelia falou em seu discurso sobre a bagagem e a experiência acu-



A juíza Jocelia Samaha recebeu das mãos do desembargador Ubirajara Carlos Mendes a carteira funcional

muladas no Tribunal Gaúcho e sobre a expectativa de atuação no Paraná. “Aqui me apresento para somar, compartilhar e trabalhar. Sou agradecida pela oportunidade de retorno e reencontro com os poentes de minha terra. Aqui estou, portanto, para representar com muito orgulho a magistratura do meu Estado - a quem legitimamente o cargo pertence”. Agradeceu o apoio recebido dos pais, marido e professores. O desembargador Ubirajara Carlos Mendes foi um dos citados. “Meu professor, cujo exemplo e exigência comprometida me impulsionaram nos estudos”.

Em seu discurso, a presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, ressaltou a importância da Resolução 103/2000 do TST, que “tem proporcionado muitos felizes reencon-

tros familiares, sem prejuízo da jurisdição, mediante a permuta de magistrados entre as Regiões da Justiça do Trabalho”. Lembrou, na oportunidade, a coincidência entre ela e a empossada - ambas nascidas em Ponta Grossa. “Nas duas pontas da corda da judicatura trabalhista do Paraná, a Capital Cívica do Estado está presente”. Disse ter muita honra em ser hoje a mais antiga magistrada em atividade associada à Amatra no Paraná. “Também passamos a ter uma representante da Princesa dos Campos Gerais na outra ponta dessa corrente de sustentação”. Porém, ressaltou que ser a mais nova não implica inexperiência profissional.

Os desembargadores Ubirajara Carlos Mendes e Sueli Gil El Rafihi entregaram à juíza Jocelia, respectivamente, a carteira funcional e flores. ■

## Concurso para juiz do Trabalho: 81 aprovados na segunda fase

A lista de aprovados na segunda etapa do XXII Concurso da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná é composta por 81 candidatos, que serão convocados para a terceira etapa do concurso. A prova será no dia 11 de julho, das 9h às 13h, no Campus Emiliano do Unicuritiba, situado na Rua Senador Alencar Guimarães, 90. Consistirá na elaboração de sentença trabalhista.

■ Flaviene Galafassi



Juízes e advogados da Comissão examinadora da segunda prova do concurso

# TRT do Paraná adota sistema que resultará em liquidação ágil



Apresentação do Juriscalc para magistrados, servidores e advogados. A partir da direita, o juiz José Aparecido dos Santos, os desembargadores Luiz Eduardo Gunther e Ubirajara Carlos Mendes e o advogado Marco Antônio Villatore

acesso, já que poderá ser livremente carregado pela internet; e a usabilidade, não havendo necessidade de um treinamento aprofundado na ferramenta”, explicou o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther, durante abertura do evento.

De acordo com Juarez Pont, o sistema se mostrou o mais adequado porque é um sistema desenvolvido dentro de um Tribunal para as necessidades da Justiça do Trabalho. “Não é importado, não tem adaptações de outra natureza e isso dá a esse sistema inicialmente uma característica ímpar”, informou.

Antes da disponibilização do sistema às Varas do Trabalho, serão efetuados alguns ajustes técnicos e operacionais. A expectativa é de que no início do segundo semestre equipes possam receber treinamento para sua utilização. Da mesma forma, estima-se que na metade do segundo semestre possa haver interlocução com os advogados, para que aproveitem a ferramenta de cálculo, o que virá em proveito à prestação rápida e segura da jurisdição.

De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, “a implantação do sistema significará uma das maiores mudanças na Justiça do Trabalho do Paraná”.

Flaviane Galafassi

O TRT-PR implantará sistema de cálculos judiciais desenvolvido e testado há sete anos pelo Tribunal do Trabalho do Pará. Trata-se do **Juriscalc**, uma ferramenta com capacidade para solucionar cálculos referentes a diversas parcelas trabalhistas, com rapidez e confiabilidade nos resultados apresentados. A ferramenta serve de subsídio para a conciliação e possibilita a liquidação ágil das sentenças.

Após período de apreciação da funcionalidade do Juriscalc, efetivado pelo juiz José Aparecido dos Santos e pelo servidor Juarez Varallo Pont, da Assessoria de Economia do Tribunal do Trabalho do Paraná, técnicos do

Pará estiveram em Curitiba de 1º a 5 de junho, sendo que no último dia houve apresentação conjunta do potencial do Juriscalc aos desembargadores, juízes de 1º Grau, advogados e servidores.

“O Juriscalc substitui vários programas existentes sobre cálculos com vantagens. Seu desenvolvimento levou em conta a tendência na Justiça do Trabalho da prolação de sentenças líquidas pelos magistrados. Foi testado, corrigido, aperfeiçoado e aplicado em situações mais distintas. Entre as principais vantagens oferecidas pelo sistema estão a portabilidade, ou seja, poderá ser usado em diversos ambientes sem a necessidade de um banco de dados corporativo; facilidade de

## Juízes e servidores de Palmas são homenageados

As juízas Emília Simeão Albino Sako e Angélica Nogar Slomp e servidores do Posto de Atendimento de Palmas receberam, em 3 de junho, “Moção de Aplauso” da Câmara Municipal de Palmas. “Pelos seus trabalhos e esforços realizados em nosso município, com dedicação, competência e afeto, dignos de reconhecimento, concedemos com sentimentos de gratidão esta homenagem. Recebam aplausos”, frisou Nilo Umberto Deitos Júnior, presidente da Câmara. ■ Jussara Elisa

## Fórum homenageia magistrados

No dia 4 de junho, o Fórum Lixo e Cidadania homenageou os magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região Ana Carolina Zaina, Benedito Xavier da Silva e Lourival Barão Marques da Silva (juiz substituto), em razão de decisões em prol dos catadores. A solenidade foi alusiva ao Dia Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, comemorado no dia 7 de junho. Também foi homenageada a Comissão de Responsabilidade Social do TRT do Paraná, pela permanente cooperação com o trabalho do Fórum. ■ Jussara Elisa

# Sala da Memória em Nova Esperança

Flaviane Galafassi

Foi inaugurada em junho, na VT de Nova Esperança, a primeira Sala da Memória em unidades judiciárias do Trabalho do Paraná de primeiro grau. O objetivo é preservar a memória da Justiça do Trabalho com a disponibilização de documentos e fotografias que retratam a história da instituição.

A solenidade de inauguração da Sala da Memória contou com a presença do corregedor da Justiça do Trabalho da 9ª Região, desembargador Ney José de Freitas, do juiz Luiz Antonio Bernardo, da procuradora do Ministério Público do Trabalho, Neli Andonini, e dos prefeitos das cidades de Nova Esperança, Maly Benatti; Colorado, Marcos Mello; e Paracity, Mário Yamamoto, além de advogados, perito e representantes da comunidade.

Entre os documentos expostos na Sala da Memória estão a ata da primeira audiência, realizada em 14 de dezembro de 2005 e a primeira reclamação verbal tomada a termo da unidade, além de histórias curiosas contadas por um oficial de Justiça, por exemplo, sobre suas aventuras para conseguir penhorar um



Autoridades presentes ao ato de inauguração da Sala da Memória da Vara do Trabalho de Nova Esperança

imóvel em Rondônia para pagamento de dívida trabalhista da jurisdição de Nova Esperança. Também constam do acervo fotos de juízes e servidores em atividade na Vara, além de campanhas como as da Semana pela Conciliação e fotos de visitas ilustres à unidade.

Para o corregedor Ney José de Freitas, a disponibilização de documentos históricos é um cumprimento ao dever do Estado em oferecer ao cidadão a sua história. "Preservar é tornar acessível ao público documentos e material que se refiram à memória da Justiça do Trabalho, dando testemunho que a nossa

passagem pelo serviço público não é em vão, uma vez que o cidadão tem condições de buscar seus direitos na unidade, como também de ali encontrar a história da Justiça do Trabalho", diz.

## ■ SALA DE PERÍCIAS

Também foi inaugurada uma sala para realização de perícias, espaço que está contribuindo para centralizar o atendimento às partes e aos advogados. "A sala possibilita ao profissional realizar o trabalho pericial em um ambiente próprio, alheio ao seu local de trabalho, sem interferir nas suas atividades habituais, explica o juiz Bernardo. ■

# Novo espaço no Arquivo e Documentação

Rossana Tuoto

Foram inauguradas, em 25 de junho, as novas instalações do Serviço de Arquivo e Documentação do TRT do Paraná. O espaço, com 426m<sup>2</sup>, foi ampliado com aproveitamento de área existente. O planejamento da obra resultou num ambiente, com ótima ventilação e melhor iluminação.

A presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, presente na ocasião, cumprimentou a todos os envolvidos na obra, a exemplo do Serviço de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Administrativa. Parabenizou os servidores do Serviço de Arquivo e Documentação, na pessoa da diretora Neide Spíndola, destacando que poderão desempenhar suas funções num ambiente de trabalho saudável e prático. "Nosso Tribunal está constantemente preocupado com as condições do espaço físico para



A equipe do Serviço de Arquivo e Documentação com a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista

a execução de seus serviços. Com o respeito aos princípios da ergonomia, à saúde e ao bem-estar", enfatizou.

"A nova secretaria do Arquivo proporcionará o aprimoramento da dinâmica e a forma da realização das tarefas do setor. Todos os servidores lotados nesta unidade vêm trabalhando de maneira entrosada e harmoniosa e o novo layout

contribuirá para a otimização das atividades. Estamos gratos pela substancial melhoria em nosso ambiente de trabalho", destacou Neide Spíndola.

Ratificaram as melhores condições do espaço, o diretor-geral, Vanderlei Crepaldi Peres, e a secretária-geral da presidência, Eliane Márcia Brito, também presentes. ■

# Sistema de Gravação de Audiências é apresentado para advogados



Magistrados, advogados e servidores durante a apresentação do "Sistema de Gravação Audiovisual de Audiências"

Jussara Elisa

**E**m 30 de junho, o TRT do Paraná apresentou para a seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto dos Advogados e Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, a nova versão do "Sistema de Gravação Audiovisual de Audiências".

Os desembargadores Sérgio Murilo Rodrigues Lemos (presidente da Comissão de Informática do TRT-PR) e

Ubirajara Carlos Mendes fizeram uma explanação sobre o programa. Servidores da Secretaria de Informática do TRT estiveram à disposição dos advogados para responder a dúvidas e questionamentos técnicos.

## ■ O SISTEMA DE GRAVAÇÃO

O projeto, concluído recentemente pelo Tribunal, possui versão atualizada do sistema de gravação audiovisual de audiências. A partir de julho, as audiências gravadas em Varas do Trabalho

e Postos de Atendimento serão disponibilizadas no site do TRT do Paraná ([www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)). Para o advogado ter acesso aos arquivos, é necessário que possua a assinatura eletrônica com certificação digital. De acordo com o desembargador Sérgio Lemos, o TRT do Paraná pretende assinar convênio com entidades certificadoras nesse sentido para facilitar aos advogados a obtenção de tal assinatura. "O sistema facilitará o trabalho dos profissionais da advocacia que não precisarão sair de seus escritórios ou utilizar mídias gravadas para ter acesso aos arquivos das audiências, quando precisarem rever algum trecho de depoimento para elaboração de recurso", ressaltou o magistrado.

O modelo foi bem recebido pelos advogados e trará facilidades no exame das provas orais e nos fundamentos dos atos processuais. Salienta a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, que a ferramenta beneficiará o exercício da advocacia, essencial à administração da Justiça. ■

## Justiça do Trabalho recebe elogios

Jussara Elisa

A Justiça do Trabalho do Paraná recebeu elogios da população pelo bom resultado de serviços prestados.

A 4ª Vara do Trabalho de Londrina foi elogiada por um cidadão que tem processo tramitando naquela unidade judiciária. Inicialmente, o reclamante havia procurado a Ouvidoria do TRT da 9ª Região para denunciar a conduta de seu advogado. A Ouvidoria, visando a resolver a situação, entrou em contato com a 4ª VT, que buscou a melhor solução para o problema. A atuação do Judiciário, o respeito e a atenção recebidos fizeram com que o reclamante Luiz Fernando Chemin voltasse a acreditar no serviço público.

"Quero deixar registrado meu agradecimento pela atenção recebida no processo, principalmente na sua fase final. Parabenizar pelo trabalho que se espera de um serviço público de qualidade, demonstrado por toda a equipe da 4ª Vara do Trabalho de Londrina, que de alguma forma trabalhou neste processo, sempre dentro da lei e da justiça", enfatizou Luiz Fernando.

A disponibilização da pesquisa mediante numeração única no site do Tribunal do Trabalho do Paraná também foi motivo de elogios. O advogado Guilherme Mayer Amin, de Ponta Grossa, disse que a página do Tribunal "é um excelente mecanismo para consulta processual, simples, rápido e

eficaz. Além disso, acompanha todas as páginas do site. Os Regionais que não adotam essa técnica deveriam conhecer e acolher o bom ofício do 9º TRT como um exemplo salutar a ser seguido. Facilita e coopera com o trabalho de advogados, partes, estagiários, jurisdicionados. Hoje despendi um bom tempo na tentativa de encontrar um processo tramitando em outro órgão público, cujo site dispõe ao interessado um mecanismo de consulta confuso, difícil e, se me permitem, desanimador. Daí a iniciativa, que me ocorreu, de escrever a Vossas Senhorias manifestando gratidão pelo serviço público a nós propiciado. Obrigado e parabéns". ■

# Juíza do Trabalho Dinaura Pimentel Gomes é homenageada em Londrina

Jussara Elisa

A juíza Dinaura Godinho Pimentel Gomes, que teve a aposentadoria concedida pelo Órgão Especial (sessão de 8 de junho), foi homenageada em Londrina, no dia 3 de julho. Participaram da homenagem, a presidente do TRT do Paraná e o corregedor regional, desembargadores Rosalie Michaele Bacila Batista e Ney José de Freitas, além de magistrados de Londrina e da região.

Na oportunidade, a presidente do TRT-PR falou que era hora de celebrar. "Embora a 9ª Região fique empobrecida com sua aposentadoria, ela também se regozija e reverencia os anos em que

ofereceu seu talento jurídico e sua vocação à magistratura, dedicando-os à causa da Justiça do Trabalho".

## ■ A CARREIRA

A juíza Dinaura foi aprovada em primeiro lugar no Concurso Público para o ingresso na carreira da magistratura, que ensejou sua posse em janeiro de 1992. Em maio do ano seguinte foi promovida à Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento (como se denominava à época) de Toledo. Foi



Desembargadores Ney José de Freitas e Rosalie Batista com a homenageada, juíza Dinaura Godinho Pimentel Gomes (à direita)

titular em JCs e VTs, sucessivamente, de Cornélio Procópio e de Londrina, e atuou também em Umuarama, Maringá, Campo Mourão e Apucarana. ■

# PLC 19/2009 aguarda sanção do Presidente

Jussara Elisa

O Projeto de Lei 19/2009, que prevê a criação de cargos efetivos para o quadro de servidores do TRT do Paraná e recebeu aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, só depende agora da sanção do Presidente da República.

O TRT paranaense tem expectativa da sanção urgente, tendo em vista o

número deficitário de servidores e a necessidade de aumentar a celeridade na prestação jurisdicional.

A nomeação de novos servidores não vai onerar o orçamento, porque a Justiça do Trabalho do Paraná é auto sustentável pela arrecadação revertida à União, decorrente dos processos que concilia e julga.

O PLC, aprovado em 16 de junho, recebeu apoio da bancada paranaense no Congresso Nacional, com destaque para a atuação dos senadores Osmar Dias (relator na CCJ do Senado), Flávio Arns e Álvaro Dias, dos deputados federais Ricardo Barros e André Vargas, e do ex-deputado federal Edésio Passos (diretor administrativo da Itaipu Binacional). ■

# PA de Campo Largo completa um ano

Jussara Elisa

No dia 16 de junho, o Posto de Atendimento de Campo Largo completou um ano de instalação. Para comemorar o aniversário, a juíza substituta Luciene Cristina Bascheira Sakuma e servidores ofereceram aos jurisdicionados doces e salgadinhos juninos, que foram degustados em ambiente decorado com as tradicionais bandeirinhas e balões. Não faltou a música típica, que tornou prazerosa a espera pela audiência ou atendimento no balcão. Também participaram da comemoração Solange Biesdorf, diretora da 20ª VT Curitiba (unidade à qual o PA está vinculado) e Luciana Cruz, primeira chefe do PA.



Em pé: Enilson da Silva, Juliana Hembercker, a juíza Luciene Sakuma, Luciana Cruz, Lucinete Lima, Carmen Ziege, Solange Biesdorf, Heraldo Kiefer, Carmem Hepp e Lucimara Cordeiro. Abaixo: Heraclides Cordeiro

# EJ do TRT-PR e Ematra realizam segunda etapa de projeto científico

## Conferência de abertura foi ministrada pelo desembargador aposentado do TRF 4ª Região Vladimir Passos de Freitas



O desembargador aposentado Vladimir de Freitas

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

A Escola Judicial (EJ) do Tribunal Regional do Trabalho e a Escola da Amatra-IX (Ematra) realizaram, em 19 de junho, o segundo dos seis encontros programados para 2009 do projeto científico "Criando um Ambiente de Trabalho Propício para as Presentes e Futuras Gerações". A palestra de abertura da etapa, sobre "Os pontos de contato entre o Direito Ambiental Geral e o Direito Ambiental do Trabalho" foi ministrada pelo professor e desembargador aposentado do TRF da 4ª Região Vladimir Passos de Freitas. A conferência foi transmitida para todas as unidades judiciárias do interior do Estado, por rede (link Embratel). Um micro por localidade, em sistema de reunião, ficou à disposição dos interessados.

Em Curitiba, além do auditório da Escola Judicial (Av. Vicente Machado, 400), também foi reservado o auditório do Pleno, no edifício 147 da Av. Vicente Machado, que recebeu o evento pelo sistema de videoconferência. Em razão da atualidade do assunto, de amplo interesse, e do perfil pretendido para as discussões, além das vagas oferecidas para o público interno (magistrados e servidores), o projeto foi aberto ao público externo. À tarde, as discussões

ficaram restritas aos grupos de trabalho inscritos.

A anfitriã, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, diretora da Escola Judicial, louvou o vivo e maciço interesse do quadro de magistrados. "Fica demonstrado inequivocamente que na magistratura trabalhista há uma compreensão coletiva de que não pode quedar-se alheia às reflexões sobre o aspecto da sustentabilidade sócio-ambiental. A intensidade de tal reconhecimento se manifesta pelo rápido esgotamento das inscrições à etapa de hoje e pela manifestação de vontade, por juízes, servidores e advogados, de acompanhar esta programação, mediante o uso de ferramentas de comunicação a distância, seja pelo telão instalado no plenário do Tribunal, seja pelo sistema de acompanhamento remoto, no interior do Estado", frisou.

A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, abriu o evento. "Os propósitos da Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e do Fórum Rio + 10, realizado na África do Sul, foram enunciados de modo muito claro para governos, corporações, organizações não governamentais e indivíduos.

Para nós, da Justiça do Trabalho brasileira, a mensagem tem um valor especial. Os princípios que informam o Direito do Trabalho pátrio interagem, por virtudes de origem, com aqueles sobre os quais o Direito Ambiental também se assenta. É muito clara, para nós, a compreensão da necessidade de uma visão abrangente do local de trabalho, como terreno especial que embute prerrogativas e direitos do trabalhador, a ser assegurado pelo detentor dos meios de produção, com intrínseca responsabilidade."

A seguir, o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, apresentou oficialmente o conferencista. O magistrado falou sobre a carreira jurídica e a trajetória acadêmica do desembargador Vladimir. Citou que o conferencista é o representante, para a capacitação de juízes na América Latina, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e um dos titulares do Grupo de Especialistas do Judiciário da União Internacional para a Proteção da Natureza, sediado na Alemanha.

### ■ A CONFERÊNCIA

A necessidade de um ambiente de trabalho saudável, estruturado na aplicação do Direito do Trabalho em



Plateia acompanha palestra do desembargador aposentado do TRF da 4ª Região Vladimir de Freitas





Grupos reuniram-se durante o dia para discutir tópicos referentes a ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações

sintonia aos avanços do Direito Ambiental, mostram os novos rumos pelo qual passa o universo jurídico mundial. Preocupações que exigem, segundo o professor Vladimir Passos de Freitas, um novo posicionamento dos juízes.

“O juiz, hoje, não pode mais ficar em seu gabinete agindo como antigamente, baseado em fato, norma e decisão. O mundo mudou. Hoje os juízes decidem casos de diferentes graus de complexidade: fusões de grandes companhias, cobertura médica, questões ambientais. Diante de tudo isso, o juiz deixa de ser um espectador isento, desvinculado do destino da demanda, para assumir uma preocupação em relação a ela”, disse o desembargador em sua palestra.

#### ■ O PROJETO

O projeto conjunto EJ/Ematra visa a incentivar a discussão sobre o meio ambiente de trabalho, abordando aspectos de sustentabilidade, ou seja, debater a necessidade de que a busca do lucro permaneça aliada ao respeito às leis e ao meio ambiente do trabalho. As etapas do programa abordam técnicas de pró-atividade judicial, que podem

culminar com publicação de livros sobre o assunto, sugestão de projetos legislativos, promoção de novos debates e maior interação com os demais agentes que trabalham neste campo, como a Delegacia Regional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria do Meio Ambiente. Objetiva-se também aprimorar o conhecimento do Direito Ambiental do Trabalho e formular sugestões preventivas ao desrespeito aos princípios que o informam.

Além da palestra, integrantes do pro-

jeto reuniram-se durante a tarde para analisar tópicos referentes ao assunto. O grupo foi dividido conforme temas específicos, tais como a proteção ao ambiente de trabalho como questão de saúde pública; sustentabilidade no trabalho; técnicas processuais; securitização de riscos no espaço de trabalho e sanção premial.

O juiz Luciano de Toledo Coelho, que está à frente do tópico “sanção premial”, explica que a proposta é incentivar quem procura proporcionar aos seus empregados um ambiente de trabalho saudável, dando-lhe alguma vantagem por cumprir as regras necessárias para que tal finalidade seja atingida. “Uma sugestão no nosso campo seria, por exemplo, a obtenção de um selo da Justiça do Trabalho”. O selo seria usado para a obtenção de facilidades em diversos negócios por aquele empregador que cumpre de modo exemplar as obrigações trabalhistas. Como exemplo, o juiz cita: superioridade em licitações, vantagem na venda de produtos para outros estados ou países, que exigiriam o selo, ou mesmo isenções fiscais. ■



Grupo reunido durante debate coordenado pelo desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, do Tribunal do Trabalho da 5ª Região

## Curso para formação inicial de juízes em fase de vitaliciamento

Foi realizado, em 25 e 26 de junho, curso para formação inicial de juízes em fase de vitaliciamento, na sala de treinamento da Escola Judicial. No dia 25 houve palestra sobre doenças ocupacionais, proferida por Geraldo Celso Rocha, autor do livro “Trabalho, Saúde e Ergonomia: Relação entre Aspectos Legais e Médicos”. No dia seguinte, pela manhã, foi realizado o grupo focal “Troca de experiências e saberes”, sob a orientação da professora Acácia Zeneida Kuenzer. À tarde, o procurador do Ministério Público Federal Sérgio Cruz Arenhart, doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, ministrou aula sobre “Tutelas de urgência”.

■ Jussara Elisa

# Enamat: Gestão de Escolas Judiciais

Jussara Elisa

**A** Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho promoveu, de 22 a 25 de junho, o primeiro curso de formação para gestores de Escolas Judiciais. O objetivo foi capacitar magistrados e servidores de todas as Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho nas modernas técnicas de gestão de formação profissional.

As desembargadoras Rosalie Michele Bacila Batista e Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do TRT-PR e diretora da Escola Judicial, respectivamente, participaram da abertura do curso - mediante sistema de videoconferência. De forma presencial, o desembargador Arnor Lima Neto, coordenador da EJ e o juiz Leonardo Vieira Wandelli, membro do Conselho Administrativo da EJ e vice-presidente do Conselho Nacional das Escolas Judiciais, acompanharam as exposições.

Segundo a desembargadora Rosemarie Pimpão, "no âmbito da Escola Judicial do Regional paranaense, estamos avançando muito no cumprimento de nossa missão. Esse planejamento não seria exequível, contudo, sem a segura orientação da Enamat e os recursos tecnológicos disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho".

A presidente Rosalie Batista disse estar certa de que as atividades desenvolvidas no curso serão essenciais ao presente e ao futuro das Escolas. "O curso há de ser um marco para a Enamat, em seu papel referencial para as Escolas de cada Tribunal do Trabalho".

## ■ O CURSO

O público-alvo do curso foram os 24 diretores das Escolas Judiciais, além de outros oito magistrados e dois servidores de cada Regional. A transmissão foi realizada simultaneamente por duas ferramentas distintas de áudio e vídeo - a videoconferência e um software de ensino on-line -, para garantir a integridade do conteúdo e minimizar os prejuízos no caso de quedas de conexão ao longo dos milhares de quilômetros de cabos telefônicos e de fibra ótica de empresas privadas que interligam todos os Estados da Federação.



Mediante sistema de videoconferência, magistrados e servidores do TRT do Paraná assistiram ao curso da Enamat para capacitação nas modernas técnicas de gestão de formação profissional

Este foi o único curso de formação profissional em gestão de Escolas Judiciais integralmente planejado e executado no Brasil, com instrutores nacionais e desenvolvido exclusivamente conforme a sistemática nacional de formação de juízes.

## ■ O PROGRAMA

O programa do curso incluiu aspectos de análise do modelo nacional de formação de magistrados, estruturação institucional, de pessoal e material de Escolas, planejamento administrativo, execução financeira, planejamento acadêmico, comunicação institucional e oficinas de boas práticas para debate e intercâmbio das experiências bem-sucedidas nas Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

No dia 25 pela manhã, foi debatido o tema "A Engenharia de Comunicação nas Escolas Judiciais", abordando a comunicação institucional das Escolas com os públicos interno e externo. Participaram a coordenadora da Rádio Justiça (emissora do STF) e a assessora de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho, Madeleine Lacsco e Carmem Feijó, respectivamente.

Segundo Madeleine, das Escolas Judiciais dos órgãos do Judiciário, as EJs da Justiça do Trabalho são as mais avançadas. Carmem ressaltou que o "Poder Judiciário está caminhando para um modelo sistêmico e integrativo de comunicação, mediante interação entre o TST e os TRTs". Citou a notícia sobre a audiência de conciliação da

Bosch, realizada no TRT-PR, que está disponível no site do TST. "Um exemplo de interação entre os órgãos da Justiça do Trabalho". As profissionais lembraram que as entrevistas são sempre editadas e por isso o entrevistado necessita estar bem preparado. Para tanto, deve valer-se dos assessores da área de comunicação/impressão, que são facilitadores.

## ■ A EJ DO TRT DO PARANÁ

O diretor da Enamat, ministro Antônio José de Barros Levenhagen, reuniu-se com diretores e representantes de Escolas Judiciais no primeiro dia do curso, para fazer um balanço geral da situação das instituições de ensino.

De acordo com o desembargador Arnor Lima Neto, a EJ do TRT do Paraná, desde seu início, está no caminho ideal. Foi instalada na gestão presidencial do hoje ministro do TST Fernando Eizo Ono, tendo o desembargador Ney José de Freitas na sua direção. Hoje, a desembargadora Rosemarie Pimpão está à frente da EJ. "A Escola vem desempenhando um papel adequado no cenário nacional. Estamos num patamar importante", ressaltou. Disse, ainda, que a Administração do TRT é sensível às necessidades da EJ.

Para o desembargador, "as Escolas Judiciais devem ter em seus conteúdos programáticos a preocupação com a formação profissional dos magistrados e servidores no sentido do comprometimento com o serviço público, visando a benefícios para a sociedade". ■

# Educação a Distância em videoconferência

Rossana Tuoto

No dia 18 de junho, servidores da Escola Judicial do TRT da 9ª Região e Rosa Chichorro (que também integra o Subcomitê de Educação a Distância do Conselho Superior da Justiça do Trabalho), receberam representantes da Coordenação de Educação e Desenvolvimento do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e membros da Coordenação dos Cursos de Extensão e de Pós-Graduação do SENAC (PR), para participação em videoconferência organizada pela Enamat e CSJT, transmitida de Brasília.

Na pauta, a troca de experiências em projetos de Educação Corporativa na modalidade de EaD – educação a distância, e discussão dos avanços do “Projeto Rompendo Distâncias” que pertence à

Plataforma do Projeto de EaD da Justiça do Trabalho.

Diversos projetos do TRE do Paraná desenvolvidos e executados em parceria com o SENAC foram apresentados no ambiente virtual de aprendizagem moodle (sistema já disponibilizado pelo CSJT ao TRT-PR construído de forma colaborativa, que permite a criação e a administração de cursos na web).

Estão em etapa de finalização e implementação três projetos de capacitação no Regional Paranaense na modalidade de EaD, disponibilizados no sistema moodle aos magistrados e servidores do Estado do Paraná no programa de



Videconferência para a troca de experiências em projetos de Educação Corporativa na modalidade EaD

formação continuada da Escola Judicial: acordo ortográfico e de revisão gramatical em língua portuguesa, com o primeiro módulo previsto para o mês de agosto; piloto de atendimento ao público; e piloto de prática de Direito Processual do Trabalho. ■

## Troca de experiências entre os Tribunais do Trabalho das 9ª e 12ª Regiões

Jussara Elisa

O Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT do Paraná recebeu servidores do Setor de Obras e Manutenção do TRT de Santa Catarina, no dia 18 de junho. O objetivo da visita foi trocar experiências a respeito de modelos e práticas de trabalho em setores equivalentes nos Tribunais Regionais do Trabalho. Os servidores do TRT-SC que estiveram no TRT-PR são: Alexandre Koenig São Thiago (diretor do Serviço de Obras e Manutenção), Elenice dos Passos Ramos Leão (arquiteta), Priscilla Del Rei Fagundes (engenheira) e Rodrigo Waterkemper (assistente-chefe do Setor de Manutenção).



Servidores dos TRT do Paraná (engenharia e arquitetura) e de Santa Catarina (obras e manutenção) durante visita em 18 de junho

### Desembargador do TRT analisa ações de passivos trabalhistas

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região Márcio Dionísio Gapski foi palestrante do curso “Como evitar passivos trabalhistas”, promovido pelo Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Paraná (Sinqfar), com o objetivo de fornecer fundamentos técnico-jurídicos às empresas, para que possam evitar situações que resultem em reclamações trabalhistas. O evento aconteceu nos dias 4 e 5 de junho, em Curitiba.

■ Flaviane Galafassi

### Palestra sobre a Lei de Estágio

Foi realizada, no dia 22 de junho, na sede da PRT da 9ª Região, o Simpósio “A nova Lei de Estágio (Lei nº 11.788/08)”, organizado pelo Centro de Estudos do Ministério Público do Trabalho em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. A conferência de abertura foi proferida pelo juiz do Trabalho Cássio Colombo Filho, titular da 18ª VT de Curitiba. O magistrado apresentou um histórico das leis de estágio, os requisitos legais que configuram uma atividade como estágio e as alterações introduzidas pela Lei 11.788/08.

■ Jussara Elisa

# Correição em julho nas Varas do Paraná

Flaviane Galafassi

**A**s Varas do Trabalho de Araucária, 11ª e 12ª de Curitiba, Paranaguá, Guarapuava, Irati e Pinhais passarão por correição no mês de julho.

Nas duas Varas do Trabalho de Araucária e no Serviço de Distribuição e Direção do Fórum Trabalhista, a correição ocorrerá de 30 de junho a 3 de julho, com audiência pública no dia 2, das 16h às 17h30. Nas 11ª e 12ª VTs

de Curitiba, correição de 6 a 9 de julho, com audiência no dia 9, das 16h30 às 17h30.

De 13 a 17 de julho passarão por correição as três VTs de Paranaguá, o Serviço de Distribuição e a Direção do Fórum. Nessa localidade, a audiência pública ocorrerá no dia 17, das 15h30 às 16h30.

Em Guarapuava, o corregedor estará à disposição da comunidade nos

dias 22 e 23, das 16h30 às 17h30, sendo no primeiro dia para atender o Serviço de Distribuição, Direção do Fórum e 2ª VT e no dia seguinte, a 1ª VT.

No dia 24, a correição ocorrerá na Vara do Trabalho de Irati, onde o corregedor estará à disposição da comunidade das 16h30 às 17h30, e nos dias 29 e 30, a correição será em Pinhais, com audiência pública no dia 30, também no mesmo horário. ■

## Corregedoria: atenção à meta do CNJ

Jussara Elisa

O desembargador Ney José de Freitas, corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, recomenda aos juizes do Trabalho de primeira instância, que todos os processos judiciais distribuídos

até 31 de dezembro de 2005 sejam identificados e julgados, necessariamente, até dezembro deste ano.

Pretende-se, assim, atender aos termos da meta 2, do Anexo II, da Resolução 70 do Conselho Nacional de

Justiça, de 18 de março de 2009.

Segundo a recomendação 3, "a excepcional impossibilidade no cumprimento da meta estabelecida deverá ser informada e justificada à Corregedoria Regional". ■

## Pesquisa sobre os serviços do TRT no 2º Grau

Flaviane Galafassi

A pesquisa de opinião realizada neste ano junto ao público que utiliza os serviços de segundo grau da Justiça do Trabalho do Paraná revelou informações importantes que serão utilizadas pela administração, de forma a proporcionar um trabalho cada vez mais qualificado. Entre os dados colhidos pela pesquisa estão a importância dada pelos usuários à forma como as informações são fornecidas e o modo como deve ser realizado o atendimento pelo servidor. No total, 413 usuários dos serviços do Tribunal participaram da pesquisa.

Perguntados se estavam satisfeitos quanto ao tempo de espera, à quantidade de contatos nas unidades e à disponibilidade das informações, entre outras situações, a maioria - 58% dos pesquisados - considerou ótimo o número de contatos necessários para a realização do serviço, assim como 54% consideraram ótimo o tempo de espera para ser atendido na unidade, as etapas para conseguir o serviço e a visibilidade

das placas de sinalização. A avaliação, ótimo, refere-se à pontuação 9 e 10 em uma escala de 0 a 10. O tempo de espera para ser atendido ao telefone, bem como a facilidade para fazer reclamações quando necessário, receberam avaliação máxima de 39% dos pesquisados.

Conforme avaliação dos usuários há necessidade de melhoria na disponibilidade das informações na internet. Já 33% dos usuários avaliaram como boa a forma como o conteúdo está disponível na página do TRT.

A pesquisa mostrou também que o usuário valoriza o fornecimento de informações completas. Ao serem questionados sobre o significado de "servidores capazes", 49% priorizaram a opção "aqueles que dão informações corretas e completas"; 46%, os "organizados"; 43%, "os que solucionam os problemas que aparecem"; 40%, "os que têm o conhecimento necessário para fazer o serviço" e 39% "os que fazem seu serviço com rapidez".

Quanto à necessidade de melhoria no atendimento, 48% priorizaram a

importância de haver na unidade servidor gentil, atencioso e respeitoso; 46% apontaram que o principal é ter servidores que dêem explicações claras e simples; 42% que as pessoas sejam tratadas igualmente, com exceção de idosos, gestantes e deficientes; 41%, que os servidores tenham boa vontade para responder às perguntas.

Ao avaliar a qualidade das unidades do TRT-PR, 71% dos entrevistados assinalaram como ótimo o item "conservação e limpeza" e 60% deles, o item "atendimento dos servidores". A opção "efetividade do serviço" recebeu avaliação de 58% dos entrevistados e a "capacidade dos servidores", de 57% deles. O item "facilidade para conseguir o serviço" foi considerado ótimo por 54% dos pesquisados. A pesquisa também revelou o tempo de espera para atendimento, que é, na média das unidades pesquisadas, de até 10 minutos, segundo responderam 81% dos entrevistados. Questionados se conhecem a Ouvidoria da instituição, 68% alegaram não conhecer o serviço. ■

# Modernização tecnológica - ambiente de tecnologia da informação

Com o objetivo de fornecer melhores recursos tecnológicos aos usuários do 9º Regional, foram realizados investimentos na aquisição de equipamentos como: microcomputadores desktop, *thin client* (estações de trabalho), impressoras laser e para protocolo de petições, monitores LCD e leitores de código de barras.

A instalação de parte dos equipamentos já ocorreu quando da inauguração da nova sede do Tribunal, além do fornecimento das impressoras para protocolo de petições nas unidades judiciárias de 1º Grau.

Na semana de 8 a 12 de junho, um lote de microcomputadores foi instalado nas cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana por técnico da Secretaria de Informática, que também prestou atendimentos.

A disponibilização destes equipamentos é precedida por uma série de procedimentos de validação para o ambiente computacional das unidades do TRT9, dentre eles, o estabelecimento da padronização de distribuição e compatibilidade entre os equipamentos/software.

O planejamento para os microcomputadores desktop, prevê a substituição de todos os microcomputadores da marca IBM nas unidades de 1º Grau.

Todas as unidades que utilizam *thin clients* (estações de trabalho) receberão os novos modelos, sendo que o software instalado será atualizado para uma nova versão, inclusive para as que já

receberam o modelo novo, fornecendo, dentre outros recursos, a possibilidade do uso de leitoras para cartão de certificação digital, a serem enviadas pelo CSJT. Este novo conjunto, *thin client* e versão de software, também receberá os leitores óticos de código de barras que serão distribuídos a todos os usuários (desktops e *thin clients*).

As impressoras laser adquiridas substituirão o parque atualmente instalado no 1º Grau. Além de contar com características técnicas superiores, reduzirão os eventos de manutenção causados pelo desgaste das atuais e fornecerão o recurso de impressão frente e verso. Sua distribuição está condicionada ao término do processo de aquisição de *tonners*, que está sendo providenciado pela Secretaria Administrativa.

A quantidade de monitores LCD's, adquiridos e recebidos pelo CSJT, permitirá a substituição de todos os monitores de tecnologia TRC, representando conseqüente economia de energia elétrica e conforto visual a todos os usuários, bem como as partes em salas de audiência e balcões de extrato. Tal distribuição já contemplou as unidades da capital e parte do interior do Estado.

A disponibilização dos equipamentos ocorrerá gradativamente e seu cronograma será oportunamente informado aos gestores das unidades através de comunicados via e-mail.

Considerando o reduzido quadro da Secretaria de Informática, e a já anuncia-

da predisposição das unidades em colaborar nos trabalhos de instalação dos equipamentos, o que trará celeridade para o início de sua utilização, a SI está elaborando e validando os procedimentos técnicos necessários para que os próprios usuários (os maiores beneficiados) possam instalar seus novos equipamentos, sem a necessidade de aguardar a presença de técnicos da SI. Sendo assim, pretende-se dar maior agilidade ao processo de modernização, evitando-se o deslocamento dos técnicos, que permanecerão à disposição prestando suporte remoto em eventuais acionamentos.

Ao término destas instalações, serão programadas visitas técnicas às unidades, buscando identificar e sanar eventuais dificuldades levantadas após o estabelecimento desta nova estrutura de recursos.

Tais ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, provendo recursos administrativos e tecnológicos para atender demandas do TRT. Os equipamentos adquiridos visam à modernização da Justiça do Trabalho, à preparação para comportar futuros sistemas e principalmente ao fornecimento de equipamentos de avançada tecnologia, apresentando melhoria considerável de sua qualidade e performance aos usuários de Tecnologia da Informação, essenciais para o desenvolvimento adequado de suas atividades, abrangendo toda área Judiciária e Administrativa do 9º Regional. ■



Servidores da Secretaria de Informática integrantes das equipes responsáveis pela disponibilização dos novos equipamentos adquiridos pelo TRT-PR

# Conselho Nacional de Justiça informa sobre ações do Projeto Conciliar é Legal

Jussara Elisa

**A** Semana Nacional pela Conciliação, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, será realizada neste ano de 7 a 11 de dezembro. O CNJ conclama magistrados para engajarem-se nesse esforço concentrado. Neste primeiro momento da implemen-

tação da mobilização, é necessária a estimativa da quantidade de processos que serão pautados e da identificação de um servidor responsável para contato nas unidades, além das estratégias e programação. "A edição anterior da semana alcançou expressivos resultados, não apenas em número de acordos e

valores, mas também porque representou importante contribuição para aproximar a Justiça do cidadão e para consolidar uma cultura de solução dos conflitos pelo caminho do diálogo e da conciliação", afirmou a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Batista. ■

## Sexta-feira da Conciliação na 2ª VT de Curitiba

Rossana Tuoto

A pauta de audiências do dia 19 de junho, na 2ª Vara do Trabalho de Curitiba, resultou na conciliação de 89 processos. No pólo passivo (reclamada) das ações trabalhistas, a empresa

Prelympe Prestadora de Serviços Ltda.

As audiências iniciadas às 13h30 estenderam-se até as 19 horas, sendo presididas pela juíza do Trabalho substituta Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira. Nos acordos celebra-

dos, que totalizaram o valor de R\$ 141.329,88, ficou estabelecido que os pagamentos serão efetuados através de crédito apreendido em medida cautelar, com trâmite na mesma unidade judiciária. ■

## TRT assina convênio na área de previdência

Jussara Elisa

Em 22 de junho, o TRT-PR e a Caixa Econômica Federal, firmaram convênio voltado ao oferecimento de planos de previdência complementar. Os Planos "Gerador de Benefício Livre" e o "Vida Gerador de Benefício Livre" permitem acumulação de recurso por um prazo contratado e com tratamento fiscal diferenciado para fins de Imposto de Renda de Pessoa Física.

As taxas de gestão financeira serão de 1% ou 1,5% ao ano, para os planos com fundo de investimento em renda fixa e variável, respectivamente. A taxa de carregamento será zero - não incidindo sobre os valores aplicados por magistrados, servidores, seus cônjuges e filhos.

Na oportunidade, a presidente do TRT, desembargadora Rosalie Batista, ressaltou que "os convênios firmados entre o Tribunal e a Caixa ao longo dos anos, que são de diversas naturezas, têm por princípios basilares o respeito à legalidade e a confiança que as duas instituições inspiram no povo do Paraná". Segundo a magistrada, os acordos de cooperação têm estabelecido a preferência na recepção de



Representantes da Caixa Econômica Federal com a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista (ao centro)

depósitos judiciais, sobre os quais a compulsoriedade do recolhimento diário ao Banco Central não incide. Contemplam, também, a utilização de espaço físico nos fóruns para a instalação de agências e postos de atendimento. "As contrapartidas, no caso, têm sido inúmeras, como o custeio de capacitação e treinamento de servidores, aquisição, aluguel e reforma de imóveis para uso da Justiça do Trabalho, aquisição e manutenção de softwares, aquisição de equipamentos, serviços de tecnologia, móveis e utensílios para uso do Tribunal e prestação

de serviços especializados".

De acordo com o superintendente Regional da Caixa, César Matos, "é uma satisfação esta parceria com êxito entre o TRT do Paraná e a Caixa. Há sempre um retorno positivo para as duas instituições. Benefício para magistrados e servidores".

Para o gerente de filial no Paraná da Caixa Vida & Previdência, Marcelo Dounis, os planos - investimentos de longo prazo - trazem vantagens para todos: TRT, Caixa, magistrados e servidores. É, ainda, uma poupança interna importante para o país, contribuindo para reserva de recursos. ■



# TRT-PR estabelece parâmetros para coleta e separação de lixo

Jussara Elisa

**M**ediante a Portaria SGP 19/2009, o Tribunal do Trabalho da 9ª Região estabelece parâmetros no que se refere ao programa de Coleta Seletiva Solidária.

A portaria visa a consolidar o programa que foi implantado no Regional paranaense em 2007.

No primeiro ano da implantação foram reciclados 12.066 quilogramas de papel e 1.091 de plástico. Em 2008, o total de material aumentou. Houve a separação de 16.207 quilogramas de papel e de 3.964 de plástico. Neste ano, até abril, foram selecionados 11.991 quilogramas de papel e 2.318 de plástico.

## ■ A PORTARIA

A portaria atende ao artigo 225 da

Constituição Federal, que estabelece para todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo; ao disposto no Decreto 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; e à Recomendação 11 do CNJ para que todos os Tribunais adotem políticas públicas visando à recuperação do meio ambiente.

De acordo com a regulamentação, os procedimentos afetos à coleta de resíduos recicláveis descartados são coordenados pela Comissão para a Coleta Seletiva

Solidária, sob a supervisão da Comissão de Responsabilidade Social. O controle e a supervisão do recolhimento do material descartável por trabalhadores em empresas que prestam serviços no TRT ficam a cargo da Secretaria Administrativa. O recolhimento do material reciclável deve ser feito sem misturar os diferentes tipos de lixo, mantendo os coletores limpos e corretamente forrados. Todos os resíduos recicláveis descartados nas unidades do Tribunal devem ser separados na fonte geradora e coletados separadamente. O TRT adota as cores internacionais para o recolhimento e embalagem do material reciclável. Quanto ao recolhimento de papel, são utilizadas caixas de papelão sem o saco plástico. ■

## Campanhas de Inverno no Paraná



Além da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, do Fórum de Londrina e da 3ª VT de Foz do Iguaçu, outras unidades organizaram suas campanhas de inverno: Cornélio Procópio, Loanda, Guarapuava, Wenceslau Braz e a Assejutra de Maringá. As mobilizações arrecadaram roupas, cobertores, calçados, dentre outros agasalhos para crianças e adultos. Nas fotografias, bazar realizado em Curitiba para trabalhadoras de empresa prestadora de serviços no TRT (à esquerda) e doações em Cornélio Procópio. ■ Jussara Elisa

### Programa da CRS: "Adote seu copo"

Com o objetivo de reduzir o consumo de copos plásticos descartáveis e com isso preservar o meio ambiente, bem como primar pelo uso consciente dos recursos públicos, o TRT-PR está distribuindo canecas fabricadas em polímero ABS a seus servidores e magistrados, para uso permanente. O material é atóxico, resistente e de fácil limpeza. Com essa medida simples espera-se redução significativa dos cerca de um milhão de copos descartáveis consumidos por ano na Justiça do Trabalho - quase três copos plásticos diários por pessoa. A distribuição das canecas vem complementar o projeto "Adote seu Copo", iniciado em 2007, como parte do programa de Responsabilidade Social do TRT-PR. Esta ação foi possível graças à parceria do Tribunal com a Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajutra) e Unimed, que doaram as canecas. ■ Flaviane Galafassi

# III Encontro Regionalizado de Saúde do TRT da 9ª Região começa em agosto

Jussara Elisa

O III Encontro Regionalizado de Saúde - Saúde & Estilo de Vida, promovido pelo Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, vinculado à SRH, acontece nos dias 20 e 21 de agosto em Cascavel; 24 e 25 de setembro em Maringá; 15 e 16 de outubro em Londrina; e 5 e 6 de novembro em Curitiba.

Segundo a psicóloga Luciana da Motta Tavares, chefe do Setor de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional, a realização do evento em dois

dias, e não apenas um como em anos anteriores, atende a solicitações várias dos participantes de todo o Paraná. Luciana lembra que os servidores poderão novamente participar de oficinas, tendo em vista a experiência positiva do ano anterior. Haverá três opções: "Conscientização e avaliação postural: correlação com sintomas da vida diária"; "Contos de cá, contos de lá: despertando o potencial criativo"; e "Comunicação corporal: o que se faz e não se fala". Neste ano as oficinas serão simultâneas, porém repetidas

nos dois dias. Assim, os participantes poderão efetuar inscrição em dois dos três temas oferecidos.

Para esta edição do encontro estão previstas, ainda, palestras abordando temas como saúde e longevidade, espiritualidade nas organizações, comunicação assertiva e *feedback*, felicidade, ética e meio ambiente. O evento contará também com duas apresentações especiais na abertura e no encerramento, música regionalista de vários países com o grupo Terra Sonora e uma palestra/performance com o mímico Everton. ■

## Prata da Casa: "Emoldurando lugares"

Irene Pioker

Foi aberta, em 26 de junho, a exposição "Emoldurando lugares" do Projeto Prata da Casa do TRT-PR, com fotografias da servidora Cirley Loeblein.

Cirley ou simplesmente Ciça, como prefere ser chamada, ingressou no Tribunal em 1983. Atualmente é chefe da Seção de Acórdãos. Gaúcha, descobriu aos sete anos de idade que existia um mundo além fronteira da cidade que morava, São Borja, quando viu uma fotografia da Torre Eiffel. "Foi paixão à primeira vista. Consegui entrar na fotografia, viajar dentro dela, foi como se eu estivesse naquele lugar, como se a torre estivesse à minha frente. A partir de então, comecei a desenvolver uma capacidade de viajar através de fotografias de outras cidades, lugares, paisagens que eu nem sabia onde ficavam. Na escola, Geografia passou a ser a minha matéria predileta, pois

eu podia viajar nos mapas do Atlas Geográfico", diz.

As primeiras experiências como fotógrafa começaram com uma pequena Kodak, quando conheceu o Rio de Janeiro aos dezesseis anos de idade e assim, a cada novo roteiro de uma viagem já começa a imaginar o que vai fotografar.

Seus temas preferidos são paisagens e arquitetura urbana. Hoje utiliza uma Sony Cyber-shot DSC-H5 e uma Canon EOS 40D com o propósito de transportar as pessoas até o cenário da fotografia: "para que possam, assim como eu, 'viajar' na fotografia, sentir a emoção do lugar". E completa: "A fotografia me fascina porque eterniza uma fração do

tempo. Nada pode trazê-lo de volta. Nada pode mudá-lo".

A mostra poderá ser visitada até 31 de julho, das 12 às 18 horas pelo público externo, no hall do prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba (Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro). ■



Ciça com as fotografias da exposição "Emoldurando lugares", aberta no dia 26 de junho, no hall de entrada do Edifício Rio Branco

## Vara do Trabalho de Palmas e Posto de Atendimento de Loanda

A Vara do Trabalho de Palmas será inaugurada no dia 8 de julho, às 10h30. Desde 2007, funcionava como Posto de Atendimento vinculado à Vara do Trabalho de Pato Branco. Para a sua transformação em VT, foi levado em consideração o elevado número de processos, aproximadamente 800 por ano, representando quase metade dos processos que ingresam na unidade judiciária de Pato Branco. A partir de 1º de julho, a VT de Loanda passa a funcionar como Posto de Atendimento, vinculado à Vara de Paranavá.